

Sarney lembra que a fase é de transição institucional

“Nós devemos evitar problemas, porque ainda estamos numa época de travessia, a crise econômica mundial atingiu o Brasil, enfim, estamos numa transição institucional”, declarou, ontem, o presidente nacional do PDS, senador José Sarney, em resposta a algumas críticas de setores oposicionistas à decisão do Partido de sugerir ao Governo a retirada dos projetos que reduz o prazo de domicílio eleitoral e torna elegíveis ex-cassados.

Quando um repórter indagou-lhe se eram procedentes as informações de que o Palácio do Planalto não atenderia às sugestões do PDS, a resposta de Sarney foi pronta: “Ai o Palácio vai se aliar com as Oposições, é?”.

O Presidente do PDS estava muito tranqüilo e elogiado por diversos parlamentares, todos achando ter sido a decisão movida pelo desejo de negociar ou de renegociar com as Oposições, após a derrota das sublegendas.

Existe, dentro do próprio Partido, a quase certeza da reapresentação do projeto das sublegendas, vinculação ampla ou parcial de votos, distritão e reforma democrática da chamada Lei Falcão. Com esses e outros projetos voltariam os do domicílio eleitoral e inelegibilidade. Porém, tudo só seria apresentado a partir de março do próximo ano, já que não daria tempo de votação global até o recesso de 5 de de-

zembro. Durante os três meses de recesso parlamentar, as lideranças teriam tempo suficiente de negociações.

DESENTROSAMENTO

“Há um desentrosamento geral e isso, como nunca vi, é muito ruim. É péssimo mesmo num ano pré-eleitoral”. Dizia ontem influente líder do PDS.

Entretanto, segundo o senador José Sarney, isso tudo é normal. Não há desentrosamento nenhum. Existe, sim, pontos de vistas diferentes e até conflitantes. O Presidente do PDS, reagindo a essas críticas, disse haver interesses de se encontrar culpados. “As críticas são livres, como livres são aqueles criticados de se defenderem. Quem é criticado tem o legítimo direito de defesa” — disse.

O Presidente do PDS parecia não dar muita importância à observações de alguns parlamentares do seu próprio partido, que ainda estão comemorando a derrota das sublegendas. Havia a nítida impressão, dentro do PDS, de que aquela decisão de retirada dos projetos teria antes recebido o aprova do próprio Palácio do Planalto.

RENEGOCIAÇÃO

Embora o Ministro da Justiça tenha enviado recados ao Con-

gresso Nacional de que não haveria a retirada dos projetos, se isso não vier mesmo acontecer, pelo menos não serão votados este ano. E se não o forem, como é quase certo, tudo ficará para março, quando da reabertura dos trabalhos parlamentares.

Na realidade, é isso o que o Governo deseja. Quando março chegar — comenta um influente dirigente do PDS — a redução do domicílio eleitoral e regulamentação das inelegibilidades serão votados juntos com outros projetos de seu interesse, não estando afastada a volta das sublegendas. A esse respeito, o Presidente do PDS manteve o seguinte diálogo com os jornalistas:

— Comenta-se que essa última decisão do PDS seria uma jogada para renegociações, podendo, inclusive, vir a ser reapresentado o projeto das sublegendas — comentou um repórter.

- Não neste momento.
- Só neste momento?
- Nada deve ser cogitado isoladamente, porque sempre achamos que se devia examinar globalmente, num mesmo conjunto.

Sarney fez questão de frisar não ter a Executiva Nacional do PDS nada decidido, justamente porque esses dois projetos são da iniciativa do Palácio do Planalto e, por isso mesmo, o Governo é o árbitro para decidir se deve ou não, retirá-lo. “É bom

ficar bem claro ter o Partido apenas sugerido. essas retiradas”.

— Tudo dentro de uma manobra tática?

— Não houve manobra. Houve, sim, coerência, porque a negociação global sempre fora defendida dentro do PDS.

O Presidente do PDS, ao comentar a derrota das sublegendas, comparando-a com a sugestão para a retirada dos dois projetos, disse que isso não era nenhuma estratégia, porque nem sabe se venceria ou seria derrotado.

Um repórter transmitiu uma outra observação de setores oposicionistas, desejosos de saber se ele teria carta branca do Palácio do Planalto para renegociar com as Oposições, os possíveis novos projetos sobre a reforma eleitoral, José Sarney deu a seguinte resposta:

— O Ministro da Justiça é o coordenador político do Governo, e a ele é que deve ser dada essa missão, no caso da necessidade de renegociação.

O Presidente do PDS concluiu suas declarações reafirmando que lhe cabia defender o Partido, e o Partido defender os interesses de seus membros. Daí, a decisão de recomendar ao Palácio do Planalto a retirada dos projetos de redução do prazo de domicílio eleitoral e o que torna elegíveis os ex-cassados.